



2º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE 2022
DIREITO - GRADUAÇÃO
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

Você está recebendo as **PROVAS OBJETIVA E SUBJETIVA**, compostas por **vinte** questões objetivas e **uma** questão dissertativa.

1. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A duração da prova é de **TRÊS HORAS**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
3. Cada questão contém os itens de “a” até “e” para resposta e o candidato deverá marcar o que entender tratar-se da resposta correta. Há apenas uma resposta correta para cada questão objetiva.
4. O candidato só poderá sair das dependências do local de aplicação das provas após decorrido **1 (uma) hora do seu início**.
5. Use caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, borracha ou de canetas em desconformidade com as especificações acima.
6. Não será permitida consulta a qualquer material, bem como o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos, os quais serão acondicionados nos sacos plásticos fornecidos pelos fiscais de mesa, lacrados e colocados em local apropriado.
7. A constatação de consulta ou uso de qualquer equipamento eletrônico durante a aplicação da prova implicará a anulação das provas do candidato e sua eliminação do certame.
8. O gabarito oficial preliminar será divulgado pelo site da PR/DF (<https://www.mpf.mp.br/df/estagie-conosco/processo-seletivo-atual>) na data provável de 04/10/2022, após as 18h00.
9. O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias úteis, após a respectiva divulgação de gabarito e dos resultados no sítio da PR/DF na internet (www.prdf.mpf.gov.br), devendo ser enviado por mensagem eletrônica ao endereço de e-mail prdf-estagio@mpf.mp.br, até as 18h00 do segundo dia útil após a respectiva divulgação de gabarito.

Brasília, 03 de outubro de 2022.

1. Analise as assertivas abaixo e assinale as alternativas corretas:

I. O Poder Constituinte reformador se destina à reforma a Constituição e é manifestado através de Emendas à Constituição, devendo ser proposta por no mínimo 2/3 dos membros da Câmara e do Senado;

II. Nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade por Omissão, os Tribunais de Justiça poderão processar e julgar originariamente ação proposta em face de omissão de medida para tornar efetiva norma da Constituição Estadual;

III. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, não sendo exigido prévio aviso à autoridade competente;

IV. Os direitos fundamentais podem ser considerados irrenunciáveis, imprescritíveis e inalienáveis.

a) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.

b) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.

c) Somente as alternativas II e IV estão corretas.

d) Todas as alternativas estão corretas.

e) Todas as alternativas estão incorretas.

2. Em relação aos direitos políticos, assinale a alternativa correta:

a) São considerados inelegíveis absolutos apenas os analfabetos.

b) Menores de 25 anos não poderão se eleger para Deputado Federal, Deputado Estadual ou para Prefeito.

c) Os Governadores e Prefeitos serão inelegíveis para concorrerem a outros cargos, salvo se renunciarem ao seu respectivo mandato em até 3 meses antes do pleito.

d) É vedada a cassação de direitos políticos, sendo admitida, no entanto, sua suspensão, nos casos de condenação criminal transitada em julgado.

e) Somente o voto é facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, sendo obrigatório o seu alistamento eleitoral.

3. Competência da Justiça Federal. Os juízes federais não são competentes para processar e julgar:

a) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

b) O mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal.

c) Os *habeas corpus*, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição.

d) Os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.

e) os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

4. Princípios da Ordem Econômica. A ordem econômica, instituída na Constituição Federal de 1988,

objetiva assegurar a existência digna, conforme os ditames da justiça social. Nos termos da Carta Magna, são princípios da ordem econômica as alternativas abaixo, exceto:

- a) Soberania nacional.
- b) Livre concorrência.
- c) Busca do pleno emprego.
- d) Função social da propriedade.
- e) Mínimo existencial.

5. Organização do Estado. A Constituição Federal de 1988 prevê a competência legislativa privativa da União. À luz do texto constitucional, não compete privativamente a União legislar sobre:

- a) Desapropriação.
- b) Sistemas de consórcios e sorteios.
- c) Previdência social, proteção e defesa da saúde.
- d) Atividades nucleares de qualquer natureza.
- e) Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

6. Assinale a alternativa correta:

- a) Os cargos públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros.
- b) Os cargos em comissão deverão ser ocupados exclusivamente por servidores de carreira.
- c) Considerada a obrigatoriedade do concurso público, não há hipótese de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- d) Ante a irredutibilidade de salários, não há como impor limites às

vantagens pessoais percebidas pelos servidores públicos.

- e) O direito à livre associação sindical é negado aos militares e aos servidores públicos civis.

7. Assinale a alternativa correta:

- a) O ato administrativo discricionário é aquele em que o administrador tem plena liberdade para escolher a melhor solução para o caso concreto.
- b) As sociedades de economia mista são dotadas de personalidade jurídica de direito público.
- c) A competência em direito administrativo é gênero do qual a competência em direito processual é espécie.
- d) A Administração Pública Direta é composta de órgãos despersonalizados, quando considerados individualmente.
- e) As agências reguladoras, por estarem vinculadas ao Poder Concedente, são sempre órgãos da Administração Pública Direta.

8. Assinale a alternativa correta:

- a) Compete aos Municípios desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária.
- b) Por ser atividade privativa da Polícia, não é cabível a instauração de inquérito civil por membro do Ministério Público da União.
- c) A Constituição faculta a livre alienação dos bens imóveis da União.
- d) O Ministério Público da União tem como princípios institucionais a hierarquia e a fracionaridade.
- e) A ação penal não engloba as punições relativas a ação de improbidade, sendo necessário o ajuizamento de demandas distintas.

9. Assinale a alternativa correta:

- a) Somente os maiores de 16 anos são capazes de direitos e deveres na ordem civil.
- b) A capacidade dos indígenas está regulada no Código Civil.
- c) Cessará, para os menores, a incapacidade pelo casamento.
- d) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão mortos em ordem de idade decrescente.
- e) É obrigatório o registro público apenas dos nascimentos, casamentos e óbitos.

10. Assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo, todavia, o seu exercício sofrer limitação voluntária em quaisquer hipóteses.
- b) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- c) São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, cabendo ao poder público autorizar ou negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.
- d) No abuso da personalidade jurídica, a confusão patrimonial se caracteriza pela utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- e) As pessoas jurídicas não gozam de proteção dos direitos da personalidade.

11. Assinale a alternativa correta:

- a) Consideram-se bens imóveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico.
- b) A lei veda que os bens naturalmente divisíveis possam se tornar indivisíveis por vontade das partes.
- c) Os bens públicos dominicais estão sujeitos a usucapião.
- d) A validade da declaração de vontade sempre dependerá de forma especial.
- e) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

12. Assinale a alternativa correta:

- a) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- b) O interesse do autor não pode se limitar à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.
- c) As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz, a que caberá aceitar ou não a instituição de juízo arbitral.
- d) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta somente se um deles já houver sido sentenciado.
- e) A incompetência relativa não pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.

13. Assinale a alternativa correta:

- a) Os incapazes civilmente não podem demandar em juízo.

- b) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz extinguirá o processo.
- c) Considera-se litigante de má-fé aquele que empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados.
- d) Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores.
- e) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica será instaurado somente a pedido do Ministério Público.

14. Assinale a alternativa correta:

- a) O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes mediante a aplicação da equidade.
- b) Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição às partes.
- c) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.
- d) O membro do Ministério Público será responsável somente em sede disciplinar quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- e) A Advocacia Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.

15. Aplicação da lei penal. No tocante à aplicação da lei penal no espaço, assinale a alternativa incorreta:

- a) Em observância ao princípio da territorialidade, a lei penal brasileira será aplicada aos fatos puníveis praticados no território nacional, independentemente da nacionalidade

do agente, da vítima ou do bem jurídico lesado.

- b) Aplica-se a lei brasileira sem qualquer condicionante, na hipótese de crimes praticados fora do território nacional, ainda que o agente tenha sido julgado no estrangeiro, nos crimes contra o patrimônio ou fé pública da União.

- c) Os diplomatas estarão sujeitos à jurisdição do Estado que a representa.
- d) Somente haverá extradição se o crime imputado ao extraditando estiver especificado em tratado ou convenção internacional.

- e) Para que haja a concessão de extradição é necessário exame prévio do STF e existência de sentença final condenatória ou decreto de prisão cautelar, podendo, inclusive, o extraditando ser brasileiro nato.

16. Em relação a suspensão condicional do processo, é correto afirmar:

- a) A condenação procedente à pena pecuniária obstaculiza a obtenção de sursis, independentemente da natureza do crime.
- b) A aplicabilidade de penas restritivas de direitos não afasta automaticamente a possibilidade de aplicação do sursis.
- c) A execução da pena privativa de liberdade, não superior a dois anos, poderá ser suspensa, por dois a quatro anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão.
- d) Decorrido o período probatório sem que tenha havido causas de revogação, estará extinta a pena privativa de liberdade.
- e) A prorrogação do período de prova do sursis será obrigatória, como alternativa à revogação, nos casos de

descumprimento da prestação de serviços à comunidade.

**17. Dos crimes contra a fé pública.
Sobre os crimes contra a fé pública,
é correto afirmar:**

- a) Configura-se como crime quem, tendo recebido moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, ainda que a tenha recebido de boa-fé.
- b) Se o crime de falsidade de atestado médico for cometido para fins lucrativos, será aplicado apenas pena privativa de liberdade.
- c) Adulterar ou remarcar número de chassi ou qualquer sinal identificador de veículo automotor é considerado crime, nos termos do Código Penal.
- d) A pena para o crime de falso reconhecimento de firma será de no máximo 5 anos, independentemente de se tratar de documento público ou particular.
- e) O crime de falsificação de cartão de crédito ou débito equipara-se a documento público para fins do quanto disposto no capítulo do art. 297 do CP.

18. O inquérito policial é um procedimento administrativo informativo conduzido por um delegado, que se responsabiliza por toda a investigação. O resultado do inquérito é apresentado ao Ministério Público, que a partir dele faz a proposição de ação penal. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o Código de Processo Penal, o inquérito deverá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a

ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

- b) No curso das investigações, o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser realizada pela autoridade policial.
- c) Enquanto estiver em curso o procedimento administrativo de inquérito policial, o delegado não tem legitimidade para representar acerca da prisão preventiva.
- d) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- e) A autoridade policial mandará arquivar autos de inquérito quando não houver diligências aptas a elucidar os fatos.

19. A Constituição da República Federativa do Brasil assegura que ninguém será privado da liberdade sem o devido processo legal. Considerando as disposições da legislação processual penal sobre a prisão, as medidas cautelares e a liberdade provisória, assinale a alternativa incorreta:

- a) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- b) Será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.

c) Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público.

d) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.

e) Não será concedida fiança quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva.

20. Sobre os recursos no processo penal, assinale a alternativa incorreta:

a) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que não receber a denúncia ou a queixa.

b) Caberá apelação, no prazo de 5 (cinco) dias, das decisões do Tribunal do Júri, quando ocorrer nulidade posterior à pronúncia.

c) A revisão dos processos findos será admitida quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.

d) Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, inclusive nos casos de punição disciplinar.

e) O recurso extraordinário e o recurso especial serão processados e julgados no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça na forma estabelecida por leis especiais, pela lei processual civil e pelos respectivos regimentos internos.

PROVA SUBJETIVA

Com relação à condução coercitiva prevista no Código de Processo Penal, elabore um texto dissertativo-argumentativo, com no máximo 20 (vinte) linhas, abordando necessariamente os seguintes tópicos:

1. Finalidade do método impositivo;
2. Destinatário da prova;
3. (Im)possibilidade de condução coercitiva do acusado/investigado;
4. Aplicação no Direito Processual Civil e Processual Penal.

PROVA SUBJETIVA - RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	